



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640087 - SP (2021/0012972-6)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
IMPETRANTE : CARLOS ROBERTO RODRIGUES E OUTROS
ADVOGADOS : CARLOS ROBERTO RODRIGUES - SP117931
WLADIMIR DOS SANTOS - SP398061
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MAYCON SANTOS VIANA DA SILVA
CORRÉU : GABRIEL VICTOR DE OLIVEIRA GOMES
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MAYCON SANTOS VIANA DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 0000801-81.2018.8.26.0616).

O paciente foi condenado à pena de 1 ano e 8 meses de reclusão em regime inicial semiaberto e multa em razão da prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06.

O impetrante sustenta que, diante da quantidade de entorpecente apreendido, o paciente faria jus à desclassificação do delito de tráfico de drogas para o previsto no art. 28 da referida lei, porquanto não há indícios que o relacionem à traficância.

Tece considerações acerca da pandemia decorrente da covid-19, situação que impõe a liberdade do paciente.

Defende ser possível o abrandamento do modo prisional e a substituição da pena privativa de liberdade pela restritiva de direitos.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação do pedido de prisão do paciente. Subsidiariamente, pugna pela substituição da pena corpórea pela restritiva de direitos.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado verifica-se que foram declinados os fundamentos para a manutenção da condenação do paciente pelo crime de tráfico de drogas, bem como para a fixação do modo intermediário de execução (fls. 23-29):

No que concerne à condenação estabelecida a r. sentença, ora guerreada, deve ser mantida por seus próprios e jurídicos fundamentos.

Com efeito, o Douto Magistrado de primeiro grau, Dr. Fernando Augusto de Andrade Conceição, esgota a matéria dispensando qualquer adminículo, pelo que é ratificada a sentença em seus termos e fundamentos, como autoriza o artigo 252, do Regimento Interno deste Egrégio Tribunal de Justiça

ao dispor que “Nos recursos em geral, o relator poderá limitar-se a ratificar os fundamentos da decisão recorrida, quando, suficientemente motivada, houver de mantê-la”.

É que as teses apresentadas nos recursos são as mesmas ofertadas nos memoriais, as quais, como dito, foram devidamente analisadas e rechaçadas pelo MM. Juiz a quo.

Realmente, tanto a materialidade (auto de exibição e apreensão de fls. 21/22, laudo de constatação provisória de fls. 23/26 e exame químico e toxicológico de fls. 139/141), quanto à autoria restaram devidamente comprovadas, tendo esta sido amparada nos depoimentos dos policiais Luciano Eduge de Miranda e André Alves de Souza (fls. 07/08, 09/10 e 225), que confirmaram como ocorreram os fatos, descritos na denúncia.

A testemunha Sofia Maria Buarque da Silva confirmou que conhecia os réus, vizinhos da casa de sua genitora, onde estava no dia dos fatos, quando foi surpreendido com a presença deles e dos policiais, no interior da residência. Os policiais indicaram que haviam localizado drogas no quintal da residência, no interior de uma embalagem de salgadinho, encontrada sobre um vaso de plantas (fls. 250).

Anote-se, por oportuno, que a confissão informal dos acusados apresentada aos policiais no momento da abordagem constitui indício e não foi utilizada como fundamento para a condenação, o que afasta qualquer alegação de nulidade da prova.

Silentes, na Polícia (fls. 12 e 13), em Juízo, os réus negaram qualquer participação no crime. Alegaram que caminhavam na via pública e fugiram quando notaram a presença de dois homens que corriam armados, atrás deles. Procuraram abrigo em uma residência e logo chegaram esses homens que se apresentaram como policiais e passaram a agredi-los, acusando-os de tráfico de entorpecentes. Negaram, por fim, que estivessem na posse de qualquer substância entorpecente (fls. 250).

No entanto, as negativas apresentadas pelos réus não são capazes de arredar suas responsabilidades pelo crime descrito na denúncia.

A defesa busca a absolvição dos réus sob os argumentos que de eles negaram a propriedade dos entorpecentes e Maycon não foi citado nas denúncias anônimas. A defesa de Gabriel alega, ainda, que um dos policiais o conhecia e o acusou falsamente da prática do crime.

Maycon foi visto pelos policiais em atividade típica de tráfico. Esses agentes permaneceram, por pelo menos cinquenta minutos observando a movimentação dos réus e do comparsa que logrou fugir.

Ao contrário do que alega a Defesa, Gabriel e

Maycon fugiram quando notaram a aproximação dos policiais, justamente com o intuito de não serem detidos. Sofia afirmou ter visto os entorpecentes localizados pelos policiais e apenas uma equipe participou da ocorrência.

É certo que um dos policiais, de fato, conhecia Gabriel de uma ocorrência anterior, em uma abordagem quando se ele encontrava na direção de um veículo automotor rebaixado.

Mas, pouco crível que o outro policial que sequer conhecia os apelantes, tenha concordado em imputar falsamente aos réus, a posse dos entorpecentes, que eles dispensaram no quintal de uma residência, onde procuraram refúgio.

É preciso repudiar, definitivamente, os ataques injustificados a depoimentos prestados por policiais.

[...]

Por fim, os policiais optaram por abordarem apenas os traficantes, até porque seria difícil conter os usuários e os acusados do tráfico. Não procuraram filmar o comércio ilícito de drogas, porque certamente não conseguiriam fazer boas imagens da distância que se encontravam (cerca de 50 metros).

*Destarte, as circunstâncias em que ocorreu a prisão dos acusados, em local conhecido como ponto de venda de drogas, os depoimentos dos policiais e a quantidade e variedade de drogas apreendidas, dão plena certeza da prática do delito tipificado no artigo 33, **caput**, da Lei Federal nº 11.343, de 2006, tornando impossível a absolvição.*

A condenação pelo tráfico, portanto, é medida de rigor.

[...]

Regime prisional.

Diante das circunstâncias do caso em apreço, em especial a primariedade dos agentes, a quantidade de droga apreendida e o fato de não terem mais se envolvido em outros crimes, após terem sido beneficiados com a liberdade provisória, de acordo com pesquisa feita junto ao sistema Intinfo, o regime inicial semiaberto é o que melhor se amolda à hipótese vertente.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência